



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

RUA DR. VILA NOVA, 285

CONCURSO DE PROVAS E TÍTULOS DE INGRESSO NA MAGISTRATURA DA JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO – PORTARIA Nº 016/2007

O PRESIDENTE DA BANCA EXAMINADORA, PROFESSOR EVANIR FERREIRA CASTILHO, através dos poderes que a ele foram conferidos,

TORNA PÚBLICA a Prova de Seleção aplicada aos candidatos do concurso em referência, realizada no último dia 16.09.2007, e **FAZ SABER** que o **PRAZO PARA EVENTUAIS IMPUGNAÇÕES** será aquele já fixado no edital quando do indeferimento dos pedidos de inscrição, contado desta publicação, igualmente improrrogável:

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. Assinale a alternativa correta.

- (A) A Constituição do Império foi outorgada pela metrópole, previa Estado unitário, três Poderes e religião estatal.
- (B) A Constituição editada em 25 de março de 1824 não adotava o Catolicismo como religião oficial.
- (C) A Constituição republicana de 1891 foi outorgada pelo Presidente da República, adotou o regime presidencialista, previa Estado federado, três Poderes e estado confessional.
- (D) A Constituição de 1937 foi outorgada pelo Congresso Nacional, previa Estado unitário, três Poderes com acentuado fortalecimento do Executivo e autorização para edição de Decretos-lei pelo Presidente da República.
- (E) A Constituição de 1946 foi promulgada, previa Estado federado, reorganizou os direitos e garantias individuais e vigorou, com as respectivas Emendas, até a promulgação da Constituição de 1967, esta última oriunda de projeto apresentado pelo governo e votada sob o procedimento estabelecido pelo Ato Institucional n.º 4.

02. O preâmbulo da Constituição de 1988 não menciona explicitamente a seguinte expressão:

- (A) os direitos sociais.
- (B) os direitos individuais.
- (C) o pacto federativo.
- (D) o desenvolvimento.
- (E) o pluralismo.

03. A Constituição Federal apresenta um preâmbulo cuja força obrigatória é

- (A) equivalente a um princípio constitucional.
- (B) inexistente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

RUA DR. VILA NOVA, 285

- (C) própria de qualquer regra constitucional.
- (D) indicativa, uma vez que consigna a intenção do constituinte, mas deve ser levado em conta no exercício de interpretação.
- (E) total, visto que sintetiza o articulado, a exemplo do registro feito pelo constituinte de que a Constituição terá sido promulgada sob a proteção de Deus.
- 04.** O instituto da objeção de consciência, previsto na Constituição Federal, possui os seguintes atributos:
- (A) aplica-se somente em face do serviço militar obrigatório.
- (B) carece de eficácia, pois ainda não foi regulamentado por norma infraconstitucional.
- (C) constitui matéria de competência privativa da União.
- (D) configura uma previsão de desobediência desacompanhada de condicionalidades.
- (E) n.d.a.
- 05.** O exercício de culto religioso, inclusive das Religiões Afro-brasileiras, deve estar necessariamente subordinado
- (A) ao império da lei e dos bons costumes.
- (B) ao reconhecimento pelo Poder de Polícia administrativa.
- (C) à lei e à orientação de Sacerdote com formação em instituto de ensino superior reconhecido pelo Ministério da Educação.
- (D) ao imperativo da legalidade.
- (E) à razoabilidade e aos bons costumes.
- 06.** O princípio da autonomia universitária
- (A) impede a adoção de cotas para negros, por meio de lei federal, nas universidades públicas e privadas.
- (B) confere soberania às decisões dos conselhos universitários.
- (C) permite a adoção, por meio de leis estaduais ou não, de cotas para candidatos negros.
- (D) não vincula as decisões internas ao princípio da legalidade.
- (E) submete-se somente ao comando constitucional da razoabilidade.
- 07.** A adesão do Brasil ao Tribunal Penal Internacional
- (A) resultou exclusivamente da entrada em vigor da Emenda Constitucional n.º 45, visto que a Carta de 1988 não fazia nenhuma menção expressa a tribunais internacionais de direitos humanos.
- (B) transfere aleatoriamente a esse Tribunal determinadas matérias submetidas ao sistema judicial interno.
- (C) diminuiu a competência do Supremo Tribunal Federal.
- (D) submete o Supremo Tribunal Federal à jurisdição da ONU.
- (E) n.d.a.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

RUA DR. VILA NOVA, 285

- 08.** O poder de presidir diretamente a investigação de crimes comuns é deferido expressamente pela Constituição Federal às seguintes autoridades:
- (A) aos delegados de polícia e aos Membros do Ministério Público.
 - (B) aos delegados de polícia de carreira e aos comandantes das Polícias Militares.
 - (C) a todas as autoridades que atuam na persecução penal.
 - (D) aos delegados de polícia de carreira.
 - (E) n.d.a.
- 09.** A definição de “dia”, contemplada na Constituição Federal, designa
- (A) o período que medeia das 6:00 às 17:00 h.
 - (B) o horário de funcionamento do Poder Judiciário.
 - (C) o interregno entre a alvorada e o pôr-do-sol.
 - (D) o período que medeia das 8:00 às 20:00 h.
 - (E) n.d.a.
- 10.** A definição de “casa”, contemplada na Constituição Federal,
- (A) protege somente edificações destinadas à moradia.
 - (B) não contempla escritórios e consultórios.
 - (C) inclui os templos religiosos.
 - (D) exclui moradias feitas com materiais improvisados tais como madeiras, latas, etc.
 - (E) n.d.a.
- 11.** A fixação de símbolos religiosos em repartições públicas, inclusive no Plenário do Supremo Tribunal Federal,
- (A) contraria o princípio constitucional da laicidade.
 - (B) satisfaz a menção a Deus no preâmbulo da Constituição.
 - (C) atende ao princípio constitucional da razoabilidade.
 - (D) atende ao princípio constitucional da impessoalidade.
 - (E) n. d. a.
- 12.** A previsão de cotas para mulheres nas candidaturas partidárias configura uma norma
- (A) contrária à regra constitucional do sufrágio universal.
 - (B) contrária ao sistema eleitoral da proporcionalidade, previsto constitucionalmente.
 - (C) conforme à regra constitucional da promoção do bem de todos.
 - (D) contrária à proibição constitucional da discriminação.
 - (E) n.d.a.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

RUA DR. VILA NOVA, 285

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

13. O militar “A” foi processado na Auditoria, acusado de peculato por ter se apropriado de dinheiro do cofre do quartel. Ao final do processo, foi absolvido. A decisão transitou em julgado em 2005. Em 2006, durante a reunião da tropa, o militar “B” acusou o militar “A” de ter cometido aquele peculato do qual foi absolvido. O militar “B” comentou com a tropa os detalhes do fato e disse possuir documentos que provariam que “A” efetivamente cometeu aquele crime. “A”, sentindo-se ofendido em sua honra, representou criminalmente ao MP, que requisitou a instauração de IPM e depois ofereceu denúncia em face de “B” por calúnia contra “A”. Neste caso,
- (A) a denúncia não deve ser recebida por faltar justa causa à ação penal.
- (B) “B” pode opor a exceção da verdade para provar que a imputação é verdadeira, inclusive juntando os documentos que diz possuir para provar que o que afirmou é verdade.
- (C) “B” não pode opor a exceção da verdade porque o ofendido foi absolvido da acusação de peculato por sentença irrecorrível.
- (D) a denúncia não deve ser recebida porque falta o pedido de explicações em juízo, medida de natureza cautelar e obrigatória nos crimes contra a honra.
- (E) “B” pode opor a exceção da verdade porque estamos diante da hipótese de exceção em que o fato julgado por sentença irrecorrível deve ser discutido por força do princípio da verdade real no processo penal.
14. Assinale a única alternativa correta. Em se tratando de menagem,
- (A) concedida pelo juiz de Direito ou pelo Conselho de Justiça, cabe recurso em sentido estrito.
- (B) há impedimento de sua concessão para os crimes que tenham pena privativa de liberdade cujo máximo não supere quatro anos de reclusão.
- (C) concedida em residência, o tempo será levado em conta no desconto da pena privativa de liberdade.
- (D) por ser um instituto tipicamente do processo penal militar, não pode ser concedida ao civil.
- (E) a reincidência não impede a sua concessão.
15. No sistema de provas do processo penal militar, é certo afirmar que
- (A) ninguém está obrigado a produzir prova que o incrimine, ao seu cônjuge, a descendente, ascendente ou irmão.
- (B) o interrogatório é meio de prova porque o CPPM impõe ao juiz que dê defensor ao acusado para assistir ao interrogatório, se neste ato declarar não ter defensor.
- (C) a confissão do acusado supre a ausência do exame de corpo de delito.
- (D) a acusação e a defesa podem apresentar documento na sessão de julgamento.
- (E) o juiz não permitirá que a testemunha manifeste suas apreciações pessoais.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

RUA DR. VILA NOVA, 285

16. Na sessão de julgamento,

- (A) se pode ser dado ao fato definição jurídica diversa da que constar denúncia, significa que, se a denúncia descreve furto, mas classifica o crime de roubo (art. 242, CPM), o Conselho de Justiça pode condenar por furto.
- (B) dois votos absolveram e três condenaram, um juiz do Conselho de Justiça condenou a um ano e seis meses, os outros dois juízes condenaram a um ano e dois meses; o juiz-presidente deve apurar o voto médio e proclamar que a pena aplicada foi a de um ano e quatro meses.
- (C) o acusado, ex-policia militar, que fora considerado revel durante a instrução criminal, achava-se presente; apurados os votos do Conselho de Justiça, o acusado restou condenado à pena de 20 anos de reclusão; em face da situação anterior de revelia e condenação, o juiz de Direito deve, de ofício, submeter à apreciação do Conselho de Justiça a prisão preventiva para segurança da aplicação da lei penal militar.
- (D) o Conselho de Justiça não pode reconhecer agravante não contida na denúncia.
- (E) na fase secreta, não há interrupção dos trabalhos do Conselho de Justiça.

17. Conforme o sistema de nulidades do processo penal militar,

- (A) é nula de pleno direito a sentença proferida por Conselho de Justiça composto por juiz suspeito.
- (B) o princípio da instrumentalidade das formas impede as partes de argüir nulidade a que tenha dado causa.
- (C) a ausência de citação do acusado para o seu interrogatório é causa de nulidade, que não pode ser sanada sequer com o seu comparecimento em juízo para ser interrogado.
- (D) a oportunidade para argüir nulidade proveniente de incompetência do juízo é até o prazo das alegações finais.
- (E) a decisão que declara nulo o ato automaticamente alcança os subseqüentes.

18. O juiz de Direito do juízo militar em São Paulo rejeitou a denúncia. O MP recorreu da decisão em sentido estrito. O juiz acolheu os argumentos do recurso e recebeu a denúncia. O denunciado intimado deverá

- (A) impetrar *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça Militar com fundamento na falta de justa causa para o recebimento de denúncia.
- (B) argüir o impedimento do juiz de Direito por ter se manifestado anteriormente sobre a questão.
- (C) postular que o juiz se declare impedido de funcionar no processo.
- (D) por simples petição requerer que os autos subam ao Tribunal de Justiça Militar.
- (E) apelar da decisão.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

RUA DR. VILA NOVA, 285

19. Na mesma ação penal, resultou a condenação a dez anos de reclusão de “A” e de “B”. “A” respondeu todo o processo preso. “B” respondeu todo o processo solto e compareceu a todos os atos processuais e à sessão de julgamento, inclusive. Neste caso,
- (A) se o Conselho de Justiça reconhecer que “A” é primário e de bons antecedentes, deve soltá-lo para apelar em liberdade da decisão condenatória; o prazo para apelar da decisão condenatória é de dez dias, contado da intimação da sentença ou da sua leitura em pública audiência.
 - (B) na sessão de julgamento, o Conselho de Justiça pode decretar a prisão preventiva de “B”, se presente um ou mais requisitos que autorizam a segregação cautelar; neste caso, cabe contra decisão do Conselho de Justiça o recurso em sentido estrito.
 - (C) da decisão condenatória podem apelar o MP, o assistente da acusação, o réu, ou seu defensor, no prazo de cinco dias.
 - (D) pelo princípio da isonomia, o Conselho de Justiça deve soltar “A” para apelar em liberdade.
 - (E) não cabe mais, na sessão de julgamento, o Conselho de Justiça deliberar sobre a soltura e a prisão de réus, apenas julgar as questões de fato e de direito.
20. No dia 2, a autoridade de polícia judiciária militar autuou policial militar em flagrante e o recolheu à prisão. Comunicou a prisão imediatamente ao juiz corregedor da polícia judiciária militar com o envio da cópia do flagrante. Os autos principais chegaram a juízo no dia 6; nesse dia, seguiram com vista ao MP, que os devolveu no dia 11 sem denúncia, com pedido de diligências; o juiz as deferiu e marcou o prazo de dez dias para o cumprimento na origem. Neste caso,
- (A) não há coação à liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder, corrigível por meio de *habeas corpus*, porque o encarceramento está sob o controle do juiz.
 - (B) não há coação à liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder, porque a prisão em flagrante delito é uma medida cautelar equiparada à prisão preventiva, cujo tempo de segregação depende dos requisitos *fumus boni iuris* e *periculum in mora*.
 - (C) há coação à liberdade de locomoção, porque o MP tem cinco dias para oferecer denúncia com réu preso; se o MP não oferecer denúncia, o réu deve ser solto.
 - (D) o MP tem cinco dias para oferecer denúncia com réu preso, desde que os autos ofereçam condições para tanto; no caso, portanto, não há coação à liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder, corrigível por meio de *habeas corpus*.
 - (E) não há coação à liberdade de locomoção porque a autoridade de polícia judiciária militar cumpriu os prazos legais e o juiz corregedor não verificou nulidade na cópia do flagrante.
21. Representou o Ministério Público ao juiz de Direito da Auditoria Militar, pela prisão preventiva para conveniência da instrução criminal do PM suspeito de ter matado o superior hierárquico, com o pedido de juntada posterior do laudo necroscópico. Neste caso, o juiz de Direito
- (A) decreta a prisão preventiva e aguarda a juntada do laudo necroscópico.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

RUA DR. VILA NOVA, 285

- (B) deve decretar de ofício a prisão temporária por 10 dias, e, com a vinda do laudo, manifestar-se sobre a prisão preventiva.
- (C) deve conceder a menagem ao PM, como medida preliminar, e com a vinda do laudo, manifestar-se sobre a prisão preventiva.
- (D) deve indeferir a representação por falta de preenchimento do requisito de prova do fato delituoso para a prisão preventiva.
- (E) pode decretar a prisão preventiva se houver IPM instaurado.
- 22.** Na audiência, o advogado de defesa argüiu, oralmente, a suspeição de membro do Conselho de Justiça por considerá-lo inimigo de seu patrocinado. O juiz de direito e presidente do Conselho deve
- (A) fazer constar em ata os termos da argüição e da manifestação do excepto, que em caso de se dar por suspeito, deve ser substituído por outro oficial.
- (B) deferir liminarmente a argüição por ser matéria de ordem pública, suspender a audiência e proceder em autos apartados com a exceção de suspeição.
- (C) fazer constar em ata os termos da argüição e da manifestação do excepto, suspender a sessão de julgamento, autuar em apartado e fazer subir os autos apartados ao tribunal.
- (D) indeferir liminarmente, porque a argüição deve ser feita logo após o interrogatório.
- (E) indeferir liminarmente, porque a argüição deve ser feita por procurador com poderes especiais, por escrito, acompanhada de razões e das provas que pretende produzir.
- 23.** Em matéria de prova testemunhal, o CPPM
- (A) permite a contradita da testemunha antes de iniciado o depoimento e após a prestação do depoimento.
- (B) permite contraditar a testemunha por não ser maior de dezoito anos.
- (C) não exige da testemunha numerária o compromisso de dizer a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado.
- (D) não proíbe ninguém de depor, podendo ser testemunha qualquer pessoa, de qualquer idade, patente ou graduação em relação ao acusado.
- (E) o juiz poderá aplicar multa à testemunha faltosa, submetê-la ao processo por crime de desobediência e condená-la ao pagamento das custas da diligência.
- 24.** A denúncia oferecida fora do prazo legal expõe fato criminoso que não foi apurado no IPM e arrola dez testemunhas. Diante disso, o juiz de Direito deve tomar a seguinte decisão:
- (A) recebe a denúncia, porque o fato descrito na denúncia é criminoso e poderá ser apurado convenientemente na instrução criminal; determina a inquirição das testemunhas excedentes ao número legal como do juízo.
- (B) não recebe a denúncia, porque foi oferecida fora do prazo legal e comunica o fato ao Procurador-Geral de Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

RUA DR. VILA NOVA, 285

- (C) recebe a denúncia, porque o fato descrito na denúncia é criminoso e poderá ser apurado convenientemente na instrução criminal; no despacho de recebimento da denúncia, observa essa circunstância para o Conselho de Justiça apreciar; determina a inquirição das testemunhas excedentes ao número legal como do juízo.
- (D) não recebe a denúncia e comunica o fato ao Procurador-Geral de Justiça.
- (E) não recebe a denúncia por falta de justa causa para ação penal.

DIREITO PENAL MILITAR

25. O CPM dispõe que
- (A) no crime de estupro, o sujeito ativo e o passivo sejam militares.
 - (B) no atentado violento ao pudor, é relativa a presunção de violência quando a vítima não for maior de 14 anos.
 - (C) no estupro, é absoluta a presunção de violência quando a vítima não for maior de 14 anos.
 - (D) é crime praticar ato obsceno em lugar público ou em lugar sujeito à administração militar.
 - (E) no assédio sexual, o agente se prevalece de sua condição de superior hierárquico.
26. No cálculo da pena privativa de liberdade, de acordo com o CPM,
- (A) o juiz, ao reconhecer a agravante, pode agravar a pena entre 1/5 (um quinto) e 1/3 (um terço), guardado o limite máximo cominado ao crime.
 - (B) o juiz deve considerar as circunstâncias judiciais na segunda fase do cálculo da pena.
 - (C) em caso de concurso de crimes, a pena única é a soma das mais graves com o aumento correspondente à metade do tempo da menos grave.
 - (D) o juiz, ao reconhecer a agravante, agrava a pena em 1/6 (um sexto), guardado o limite máximo cominado ao crime.
 - (E) a pena de detenção unificada não pode ultrapassar 30 anos.
27. Quanto à prescrição penal em crime militar, pode-se afirmar que
- (A) o recebimento da denúncia ou da queixa interrompe o curso do prazo prescricional.
 - (B) embora decorrido o prazo prescricional, extingue-se a punibilidade do oficial desertor quando completar 45 (quarenta e cinco) anos.
 - (C) a sentença absolutória recorrível interrompe a prescrição a partir da sua publicação em audiência ou da intimação das partes.
 - (D) a interrupção da prescrição produz efeito relativamente a todos os autores do crime.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

RUA DR. VILA NOVA, 285

- (E) começa a correr o prazo prescricional no crime de falsidade ideológica, na data em que o agente inserir declaração diversa da que deveria constar.
- 28.** No CPM,
- (A) foi adotada a teoria finalista da ação e o dolo e a culpa *stricto sensu* são elementos da culpabilidade.
 - (B) foi adotada a teoria causalista da ação; o dolo e a culpa *stricto sensu* são elementos da culpabilidade; pelo conceito analítico, crime é fato típico, antijurídico e culpável.
 - (C) foi adotada a teoria finalista da ação; o dolo e a culpa figuram no tipo penal; pelo conceito analítico, crime é fato típico e antijurídico.
 - (D) foi adotada a teoria causalista da ação; o dolo e a culpa estão no tipo penal; pelo conceito analítico, crime é fato típico e antijurídico.
 - (E) foi adotada a teoria funcionalista que parte do pressuposto de que o crime militar ofende a hierarquia e disciplina.
- 29.** O homicídio doloso qualificado (art. 205, § 2.º, CPM)
- (A) por motivo fútil pode ter a sua pena reduzida de 1/6 a 1/3 quando o agente o comete sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima.
 - (B) por ter sido cometido por meio de asfixia, pode ter a sua pena reduzida de 1/6 a 1/3 quando o agente o comete sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima.
 - (C) tem a pena agravada se o agente deixar de prestar socorro à vítima.
 - (D) ainda que cometido por um só agente, é hediondo.
 - (E) pela multiplicidade de vítimas, permite o aumento de pena de 1/6 até a metade.
- 30.** Em caso de lesão levíssima, em que o juiz considera a infração como disciplinar,
- (A) o réu é absolvido, uma vez que o bem jurídico tutelado sofreu insignificante lesão; a conduta é atípica.
 - (B) o réu é isento de pena por questão de Política Criminal.
 - (C) o réu é condenado, afinal houve o fato criminoso, mas a pena adquire caráter disciplinar.
 - (D) o réu é absolvido, porque o bem jurídico tutelado sofreu insignificante lesão; a conduta não é antijurídica.
 - (E) o réu é condenado, mas tem o perdão judicial face à pequena monta da lesão corporal.
- 31.** O CPM considera o furto atenuado
- (A) quando o agente é primário e é de pequeno valor a coisa furtada, entendendo-se pequeno valor o que não supere um salário mínimo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

RUA DR. VILA NOVA, 285

- (B) quando o agente é primário, não importando o valor da coisa, desde que o agente repare o dano causado até a sentença.
- (C) quando o agente é primário, qualquer que seja o valor da coisa furtada, e o agente restitui a coisa.
- (D) quando o agente é primário e é de pequeno valor a coisa furtada, entendendo-se pequeno valor o que não exceda a um décimo do mais alto salário mínimo do país.
- (E) quando o agente não faz desaparecer coisa alheia móvel.
- 32.** Dois PMs de serviço no policiamento praticam roubo mediante ameaça exercida com arma de fogo e para não serem reconhecidos matam a vítima no local, porém logo são presos sem conseguir levar o produto do roubo. De acordo com as disposições legais do CPM, ocorreu
- (A) latrocínio tentado.
- (B) tentativa de roubo qualificado pelo emprego de arma de fogo e o concurso de duas pessoas e homicídio qualificado por não ter sido possível a defesa da vítima.
- (C) tentativa de roubo qualificado pelo emprego de arma de fogo e o concurso de duas pessoas e homicídio consumado.
- (D) latrocínio consumado.
- (E) roubo qualificado pelo emprego de arma de fogo e o concurso de duas pessoas e homicídio qualificado por não ter sido possível a defesa da vítima.
- 33.** O encarregado do IPM apurou que o major responsável pelo adiantamento de verba no quartel depositou em sua conta corrente pessoal, no dia 15/03/06, a quantia de R\$ 50.000,00, e no dia 15/04/06, a quantia de R\$ 40.000,00, quantias recebidas do Estado para o pagamento de serviços de consertos de viaturas, e que o tenente-coronel contribuiu culposamente para o peculato cometido pelo major. É correto dizer que o major deve ser denunciado por
- (A) peculato-desvio na forma continuada, e o tenente-coronel, por peculato culposo; se este reparar o dano até a sentença irrecorrível, terá extinta a punibilidade.
- (B) peculato-apropriação na forma continuada, e o tenente-coronel, por peculato culposo; se este reparar o dano após a sentença irrecorrível, terá a pena reduzida da metade.
- (C) peculato-furto em concurso formal de crimes, e o tenente-coronel, por peculato culposo; se este reparar o dano após a sentença irrecorrível, terá a pena reduzida da metade.
- (D) peculato-furto na forma continuada, e o tenente-coronel, por peculato culposo; se este reparar o dano até a sentença irrecorrível, terá extinta a punibilidade.
- (E) peculato-apropriação na forma continuada, e o tenente-coronel, por peculato culposo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

RUA DR. VILA NOVA, 285

34. Um cabo da PM, durante a fiscalização de veículos, verifica que o condutor não é habilitado. Ato contínuo, avisa o condutor que irá aplicar multa e recolher o veículo, o que importará em R\$ 1.500,00 de despesas, porém, se lhe for dado “um cafezinho de R\$ 200,00”, não tomará nenhuma providência. O infrator dá ao cabo duas notas de R\$ 100,00 e é autorizado pelo policial militar a seguir viagem. Logo adiante, o sargento, que estava em outra viatura, por coincidência abordou o mesmo condutor, que lhe narrou o que havia se passado em relação ao cabo. O sargento se dirige até o cabo acompanhado do condutor, procede busca pessoal e encontra as duas cédulas que são imediatamente reconhecidas pelo condutor. O sargento dá voz de prisão ao cabo. No Plantão de Polícia Judiciária Militar, o sargento exhibe apenas uma das cédulas, a outra do mesmo valor ele coloca em sua carteira. Assinale a alternativa correta.
- (A) O cabo cometeu concussão e prevaricação e o sargento, peculato-furto.
- (B) O cabo cometeu corrupção passiva; o condutor, corrupção ativa, e o sargento, peculato-apropriação.
- (C) O cabo cometeu extorsão e o sargento, peculato-desvio.
- (D) O cabo cometeu concussão e o sargento, peculato-apropriação.
- (E) O cabo cometeu corrupção passiva; o condutor, corrupção ativa, e o sargento, peculato-furto.
35. Ao atender ocorrência de acidente de trânsito, o cabo Juca, encarregado da guarnição, porque recebeu de pessoa interessada R\$ 200,00, não fez constar no Boletim de Ocorrência Policial Militar (BOPM) que do acidente resultou vítima de lesão corporal. O cabo Juca deve responder
- (A) por corrupção passiva e falsidade ideológica.
- (B) por corrupção passiva e falsidade material.
- (C) apenas por corrupção passiva, porque a falsidade material é crime-meio que absorve a corrupção passiva crime-fim.
- (D) por estelionato, pois o cabo ludibriou o interessado porque é da alçada da autoridade policial averiguar e apurar o delito de lesão corporal, ademais o preenchimento do Boletim de Ocorrência Policial Militar (BOPM) é penalmente irrelevante.
- (E) por corrupção passiva, comunicação falsa de crime e falsidade ideológica.
36. O soldado João, de serviço, agrediu com golpes de cassetete o exaltado torcedor José, que estava à paisana no estádio de futebol e que não se identificou em momento algum como sargento da PM. José suportou lesão corporal leve. João deve ser denunciado por
- (A) lesão corporal leve com a agravante de “estando de serviço”.
- (B) violência contra superior em concurso com lesão corporal.
- (C) violência contra superior com o aumento de pena pelo fato de o agente estar de serviço.
- (D) violência contra superior com o aumento de pena por ter sido a violência praticada com arma.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

RUA DR. VILA NOVA, 285

- (E) violência contra superior com o aumento de pena por ter sido a violência praticada com arma e pelo fato de o agente estar de serviço.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

37. É verdadeira a assertiva, referente à competência, de que
- (A) é determinada ao tempo em que a ação é proposta, de conformidade com o contido na inicial, sendo irrelevantes as modificações, de qualquer natureza, do estado de fato ou de direito ocorridas no curso da mesma.
 - (B) pode ser modificada, no curso da lide, se houver modificação na natureza das pessoas integrantes do pólo ativo ou passivo.
 - (C) pode ser alterada, após o ajuizamento da ação, se houver modificação no domicílio do réu.
 - (D) não mais se aplica no Direito Processual Civil moderno o princípio da *perpetuatio jurisdictionis*.
 - (E) sua alteração superveniente, por norma constitucional, faz nula sentença proferida anteriormente a ela.
38. Com relação à incompetência relativa, pode-se afirmar que
- (A) é prorrogável, devendo ser argüida pela parte interessada por meio de exceção e não podendo, em nenhuma hipótese, ser declarada de ofício.
 - (B) é inderrogável, devendo ser declarada de ofício, a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição.
 - (C) se verifica quando a ação é proposta perante juiz incompetente em razão do território.
 - (D) ocorre quando a ação é promovida ante a Justiça Comum Estadual, sendo competente a Justiça Militar do Estado.
 - (E) não sendo deduzida no prazo para contestação ou na primeira oportunidade que lhe couber falar nos autos, a parte responderá pelas custas acrescidas.
39. Considerando ter o Poder Judiciário como atividade específica o exercício da função jurisdicional, é correto dizer que
- (A) não pode exercer qualquer atividade de outra natureza, não jurisdicional, por serem próprias e exclusivas dos Poderes Executivo ou Legislativo.
 - (B) exerce, em certas oportunidades, atividades que, em princípio, são próprias do Poder Legislativo, desde que, para tanto, esteja legalmente autorizado.
 - (C) não exerce, jamais, atividades, em princípio, típicas do Poder Executivo, cabendo a este as administrativas referentes ao governo daquele.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

RUA DR. VILA NOVA, 285

- (D) atua sempre e somente na atividade direta de compor os conflitos, aplicando o direito objetivo ao caso concreto.
- (E) a Constituição Federal ou as leis não lhe reservam, em verdade, a prática de ato jurisdicional.
- 40.** Com a entrada em vigor da Lei n.º 11.232, de 22 de dezembro de 2005, é correto afirmar que
- (A) não mais existe no Direito Processual Brasileiro a execução fundada em título executivo judicial, por ter sido banido de nosso ordenamento.
- (B) para a execução do julgado, necessário, em qualquer hipótese, que se realize, primeiro, a liquidação do mesmo.
- (C) a defesa do devedor deve ser feita mediante embargos, mas estes não mais dependem de penhora.
- (D) a execução do julgado passou a ser uma segunda fase no processo, posterior à de conhecimento, não mais cabendo a citação do devedor para seu cumprimento.
- (E) se sujeita o devedor, sempre, à multa no percentual de dez por cento, quando do cumprimento do julgado.
- 41.** Em relação aos pressupostos processuais, é correto afirmar que
- (A) são requisitos necessários à existência e validade da relação jurídica processual, sendo classicamente classificados como subjetivos e objetivos.
- (B) são de três espécies, a possibilidade jurídica do pedido, o interesse de agir e a *legitimatio ad causam*.
- (C) jamais dão causa à extinção do processo, sem resolução do mérito, podendo ser supridos de ofício e a qualquer tempo.
- (D) na sua ausência fica caracterizada a carência da ação, pelo não comparecimento das condições da ação.
- (E) na modalidade da legitimação, podem ser divididos em ordinária, quando exercida pelo cidadão comum, e extraordinária, quando exercida por pessoa investida de autoridade.
- 42.** Quando, no curso da lide, o imóvel objeto dela é alienado gratuitamente, o adquirente
- (A) substitui, automaticamente, o alienante, passando a ocupar o pólo ativo ou passivo em lugar deste.
- (B) pode substituir o autor ou réu, segundo a posição que ocupava o alienante na ação, se houver concordância da parte adversa.
- (C) passa a integrar a relação processual, na condição de litisconsorte necessário, ativo ou passivo, desde que comprove a alienação.
- (D) deve ser denominado oponente, se o alienante ocupar a posição de demandado na lide.
- (E) não pode ingressar na lide em nenhuma hipótese, quando já regularmente formada a relação jurídica processual.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

RUA DR. VILA NOVA, 285

- 43.** Pode-se afirmar como verdadeira, em relação ao litisconsórcio unitário, a assertiva de que
- (A) é também denominado litisconsórcio simples, estando caracterizado pelo fato de haver apenas um litisconsorte.
 - (B) ocorre quando a decisão final da lide não produz qualquer efeito no concernente ao litisconsorte.
 - (C) pode ocorrer tanto nos casos de litisconsórcio necessário, quanto naqueles facultativos.
 - (D) só na ocorrência dele pode o litisconsorte promover o andamento do processo, desde que sejam intimados dos atos processuais os demais.
 - (E) jamais ocorre no direito processual brasileiro, por só se admitirem nele os litisconsórcios necessário e facultativo.
- 44.** A denunciação da lide, instituto relativo à intervenção de terceiros no processo, destina-se a
- (A) trazer ao processo pessoa ainda não integrante da relação processual, por ser a única responsável pelo fato jurídico imputado ao réu.
 - (B) fazer integrarem o processo, como autores ou réus, todos aqueles que têm interesse direto na lide, por serem integrantes da mesma relação jurídica de direito material.
 - (C) chamar a juízo terceira pessoa, a fim de resguardar a parte que denuncia em relação àquela, no caso de ser esta vencida na demanda.
 - (D) convocar ao processo aquele que detiver o bem imóvel em nome alheio, quando demandado em nome próprio.
 - (E) excluir do processo o litisdenunciante, quando este não tem qualquer responsabilidade pelo fato, causa de pedir da ação.
- 45.** Sendo uma das modalidades de convocação ao processo, pode configurar-se a citação por hora certa quando
- (A) o réu, encontrando-se em seu domicílio ou residência, é citado por oficial de justiça com hora marcada, fora do horário regular de expediente forense.
 - (B) o juiz determina, prévia e expressamente, data e hora para que o réu seja citado, constando as mesmas do mandado.
 - (C) o réu é demente, achando-se totalmente impossibilitado de receber a citação, e a mesma é feita, com hora marcada, na pessoa de seu representante legal, depois de regularmente constituído.
 - (D) o réu está ausente, fazendo-se a citação com hora marcada, na pessoa de seu mandatário, administrador ou gerente.
 - (E) o réu for procurado em seu domicílio ou residência, não sendo encontrado e havendo suspeita, pelo oficial de justiça, de ocultação, com intimação de qualquer pessoa de sua família.
- 46.** Na antecipação de tutela, como concessão total ou parcial dela, antes do final julgamento da lide, é verdadeira a afirmação de que



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

RUA DR. VILA NOVA, 285

- (A) deve ser concedida de ofício, quando o Juiz verifica estarem presentes os requisitos necessários a tal, o perigo de demora e o *fumus boni iuris*.
- (B) só tem lugar quando o juiz profere o juízo inicial de processamento da ação, desde que presentes os requisitos próprios.
- (C) é providência judicial de iniciativa da parte, podendo ser concedida durante a tramitação do processo.
- (D) deve ser obrigatoriamente concedida, se houver requerimento da parte, bastando, para tanto, que se faça presente a verossimilhança da alegação.
- (E) só pode ter lugar no procedimento ordinário, quando comparecerem a fumaça do bom direito e o *periculum in mora*.
- 47.** Diz-se estar havendo julgamento antecipado da lide quando o juiz, decidindo
- (A) sem resolver do pedido quanto a seu mérito, extingue o processo por se achar ausente qualquer das condições da ação.
- (B) julga o processo conforme seu estado, realizando o exame do pedido e decidindo em favor do autor ou do réu.
- (C) prola a sentença, depois da audiência de instrução e julgamento e da coleta da prova oral, com exame do mérito.
- (D) concede a antecipação de tutela, se atendidos os requisitos legais.
- (E) dá o processo por saneado, ao estarem presentes os pressupostos processuais ou as condições da ação.
- 48.** Com relação ao recurso adesivo, deve-se ter como inteiramente falsa a assertiva de que
- (A) é interponível por qualquer das partes, desde que vencida, em parte, nos seus pedidos, se houver recurso de seu adverso.
- (B) está subordinado ao recurso principal, sendo interposto perante o juiz competente para admiti-lo.
- (C) só pode ser conhecido quando preparado, salvo nos casos de Justiça Gratuita ou de diferimento.
- (D) deve ser interposto nos mesmos prazo e oportunidade da apelação, não estando, porém, sujeito ao pagamento de preparo.
- (E) sua interposição deve ser feita no mesmo prazo concedido para apresentação da resposta pelo recorrido.

DIREITO PENAL COMUM



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

RUA DR. VILA NOVA, 285

49. Na denominada receptação dolosa imprópria, o sujeito influi para que terceiro de boa-fé adquira, receba ou oculte coisa produto de crime. Qual a situação penal desse terceiro?
- (A) Responde por receptação dolosa própria.
 (B) É abrangido pelo concurso de pessoas.
 (C) Comete receptação simples dolosa.
 (D) Não comete receptação.
 (E) Comete receptação culposa.
50. No crime de injúria real, a ação penal possível de ocorrer é
- (A) pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.
 (B) privada exclusiva.
 (C) privada personalíssima.
 (D) pública condicionada à representação do ofendido.
 (E) privada subsidiária.
51. Nos crimes patrimoniais, a imunidade penal relativamente à figura de “prejuízo do cônjuge”, se a conduta for praticada quando o casal vivenciava o noivado, sobrevindo o casamento, qual dentre as espécies de efeito imunitório pode ocorrer?
- (A) Não ocorre efeito retroativo.
 (B) Ocorre imunidade penal absoluta.
 (C) Ocorre imunidade penal relativa.
 (D) Ocorre efeito retroativo.
 (E) Ocorre efeito superveniente.
52. O meio termo entre o Direito Penal e o Direito Administrativo, sem pesadas sanções, mas garantidor mínimo, com eficácia no combate à criminalidade coletiva, segundo Hassemer, tem a seguinte determinação:
- (A) Direito de Socialização.
 (B) Direito de Repressão.
 (C) Direito de Contenção.
 (D) Direito da Lei e da Ordem.
 (E) Direito de Intervenção.
53. O terceiro que concorrer com a mãe, que comete infanticídio, responde pelo mesmo crime, em razão de
- (A) o infanticídio ser crime de mão própria que não admite o concurso de pessoas.
 (B) o estado puerperal ser circunstância incommunicável.
 (C) o estado puerperal ser elementar do crime.
 (D) o estado puerperal ser circunstância personalíssima.
 (E) homogeneidade do elemento subjetivo entre os concorrentes.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

RUA DR. VILA NOVA, 285

54. No crime de violação de segredo profissional, a expressão e circunstância elementar, “sem justa causa”, constitui, na análise do tipo penal, o seguinte aspecto:
- (A) Elemento Objetivo.
 - (B) Elemento Subjetivo.
 - (C) Elemento Suspeito.
 - (D) Elemento Adequativo.
 - (E) Elemento Normativo.
55. Considerando-se que a Lei n.º 7.209/84 aboliu as penas acessórias, justifique a suspensão das funções de natureza policial ou militar, no município da culpa.
- (A) Não mais se aplica como pena acessória.
 - (B) Aplica-se como condição do “sursis”.
 - (C) Aplica-se como condição do livramento condicional.
 - (D) Permanece como pena acessória.
 - (E) Aplica-se como regra de execução penal.
56. Ao ser notificado de ato judicial, via oficial de justiça, e, na frente do mesmo, o notificando amassa a contra-fé oferecida, além de jogá-la na face do servidor público. Tal conduta permite o enquadramento penal no crime denominado
- (A) resistência.
 - (B) desacato.
 - (C) desobediência.
 - (D) supressão de documento.
 - (E) injúria real.
57. Fato ocorrido em 05 de abril de 2.004. O recebimento da denúncia ocorreu em 28 de julho de 2.004, ano bissexto, verificando-se a publicação da sentença aos 27 de julho de 2006, com julgamento realizado em 24 de julho de 2.006, imposta pena de sete meses e seis dias de detenção. Apenas a defesa apelou, em 11 de agosto de 2.006. Como será considerada a prescrição da pretensão punitiva, se o Tribunal decide improver o recurso em 24 de julho de 2.007?
- (A) A prescrição da pretensão punitiva foi alcançada.
 - (B) A prescrição da pretensão punitiva não foi alcançada.
 - (C) A prescrição será a da pretensão executória.
 - (D) Haverá prescrição retroativa.
 - (E) Haverá a prescrição intercorrente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

RUA DR. VILA NOVA, 285

58. Na descrição típica do assédio sexual, constrangida a vítima, se o agente não obtém a vantagem ou favorecimento sexual, por circunstância alheia a sua vontade, estamos diante de
- (A) consumação.
 - (B) tentativa.
 - (C) tentativa inidônea.
 - (D) atos preparatórios, não puníveis.
 - (E) atos preparatórios puníveis.
59. Na conduta criminosa legalmente prevista, se o agente vem a alcançar o fim pretendido, além do resultado que consuma o delito, estamos diante de
- (A) continuado.
 - (B) preterdoloso.
 - (C) exaurido.
 - (D) concurso material.
 - (E) concurso formal.
60. Pai que presta auxílio ao filho, ambos maiores e capazes, destinado apenas a tornar seguro o proveito do crime, enquadra-se em qual das hipóteses?
- (A) Fica isento de pena.
 - (B) Reconhece-se o estado de necessidade.
 - (C) Torna-se co-autor.
 - (D) Torna-se receptador.
 - (E) Responde por favorecimento real.

DIREITO PROCESSUAL PENAL COMUM

61. Em caso de prisão em flagrante, determina o Código de Processo Penal que, não informado o nome do advogado pelo autuado, cópia integral do auto seja encaminhada, no prazo de 24 horas,
- (A) ao Juízo competente.
 - (B) ao Ministério Público.
 - (C) à família do preso.
 - (D) à Defensoria Pública.
 - (E) ao Curador Especial.
62. Pode-se dizer que o julgamento pelo júri está atrelado ao seguinte sistema de apreciação das provas:
- (A) da certeza moral do juiz.
 - (B) da verdade legal do julgador.
 - (C) da verdade formal do processo.
 - (D) certeza moral do legislador.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

RUA DR. VILA NOVA, 285

- (E) da persuasão racional.
63. O perdão concedido a um dos querelados aproveitará
- (A) a todos os demais, automaticamente.
 - (B) ao querelado mentalmente enfermo, desde que aceito por procurador com poderes especiais.
 - (C) ao querelado que notificado silencie.
 - (D) ao querelado maior de dezoito e menor de vinte e um anos, desde que aceito por procurador com poderes especiais.
 - (E) somente em relação ao querelado que o recusar.
64. A ação penal privada subsidiária faculta ao ofendido ou seu representante legal ingressar com queixa-crime, se o
- (A) MP não oferece denúncia dentro do prazo legal.
 - (B) MP não requer diligências no prazo legal.
 - (C) MP não propõe arquivamento no prazo legal.
 - (D) MP comete a tríplice omissão acima.
 - (E) juiz rejeita a denúncia ofertada fora do prazo legal.
65. Não constitui causa de nulidade processual, sendo mera faculdade, a não observância da
- (A) acusação e da defesa na sessão de julgamento.
 - (B) presença pelo menos de quinze jurados para a constituição do júri.
 - (C) contrariedade ao libelo.
 - (D) incomunicabilidade dos jurados.
 - (E) oportunidade de defesa prévia.
66. Na hipótese de o próprio réu colher a prova ilícita para a sua absolvição, e diante do princípio da proporcionalidade, estaria ele agindo dentro de
- (A) isenção de pena.
 - (B) legítima defesa.
 - (C) discriminante putativa.
 - (D) ampla defesa.
 - (E) atipicidade absoluta.
67. Se na sentença definitiva, o juiz aplica medida de segurança ao condenado, com o fim exclusivamente preventivo, estamos diante da seguinte espécie de decisão
- (A) condenatória própria.
 - (B) absolutória própria.
 - (C) absolutória imprópria.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

RUA DR. VILA NOVA, 285

- (D) condenatória imprópria.
 (E) absolutória com força de definitiva.
68. Recurso do ofendido contra decisão absolutória monocrática ou colegiada, independentemente de habilitação, cabível no prazo de quinze dias e sem efeito suspensivo, vem apontada em
- (A) sentido estrito.
 (B) protesto por novo júri.
 (C) *habeas-corporis*.
 (D) carta testemunhável.
 (E) apelação.
69. O juiz titular condenou o revel que, durante a instrução processual, dificultou a realização desta, não reconhecendo o direito de apelar em liberdade, face aos seus maus antecedentes, expedindo mandado de prisão. Apresenta-se o condenado ao juiz substituto, levantada a sua revelia, pleiteia junto a este o mesmo benefício. O juiz substituto deve
- (A) alterar a decisão daquele juiz.
 (B) manter a decisão anterior.
 (C) alterar aquela decisão, reconhecer o direito de apelo em liberdade, face ao princípio da presunção de inocência.
 (D) alterar aquela decisão, reconhecer o direito de apelo em liberdade, face ao princípio da ampla defesa.
 (E) alterar aquela decisão, reconhecer o direito de apelo em liberdade, face ao princípio do duplo grau de jurisdição.
70. Condenado definitivamente, o réu afiançado perante o juízo da 5.^a Vara Criminal da Capital não se apresenta à prisão. Temos uma hipótese de
- (A) cassação de fiança.
 (B) reforço de fiança.
 (C) quebra da fiança.
 (D) perda de fiança.
 (E) sem efeito a fiança.
71. Se na imputação de crime de concussão, o juiz vislumbra que a prova testemunhal não permite concluir que houve o recebimento da vantagem indevida, qual o fundamento da decisão?
- (A) Prova da inexistência do fato.
 (B) Fato atípico.
 (C) Existir circunstância que isente o réu de pena.
 (D) Não existir prova suficiente para a condenação.
 (E) Condenação pelo fato típico consumado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

RUA DR. VILA NOVA, 285

72. A entrevista do interrogando preso com seu defensor, antes do interrogatório, deve ser entendida sob qual dos seguintes ângulos?
- (A) Mera formalidade, em face de ser o interrogatório ato privativo do juiz.
 - (B) Direito do acusado, que pode dele abrir mão.
 - (C) Coação ao interrogando por ter direito ao silêncio.
 - (D) Mera formalidade, face ao princípio: “*nemo tenetur se detegere*”.
 - (E) Obrigatória, mesmo contra a vontade do réu, pois seu silêncio importa em confissão, podendo ser interpretado em prejuízo da defesa.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

73. PM Soldado Temporário, integrante de Batalhão de Polícia Militar da Capital Bandeirante, sem qualquer acusação de infração deontológica, sofreu desligamento antecipado de suas funções, sem maiores motivações, por decisão administrativa do Comando-Geral. Pretendendo impugnar tal ato, a respectiva ação deve ser interposta em qual juízo?
- (A) Tribunal de Justiça Militar do Estado.
 - (B) Vara da Fazenda Pública.
 - (C) Auditoria Divisão Civil.
 - (D) Juízo de Direito do Juízo Militar.
 - (E) Tribunal de Justiça.
74. Decisão da Excelsa Corte, tendo como Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, na ADIN 3112, majoritariamente, além de admitir inconstitucionalidade em dispositivos do Estatuto do Desarmamento, considerou que o artigo 15 do mesmo (Disparo de Arma de Fogo) constitui crime
- (A) formal.
 - (B) material.
 - (C) complexo.
 - (D) de mera conduta.
 - (E) contravenção penal.
75. Consideram-se crimes hediondos, todos os elencados na alternativa:
- (A) latrocínio; tortura; traição; tergiversação; corrupção ativa.
 - (B) terrorismo; seqüestro; estupro; roubo qualificado; homicídio.
 - (C) atentado violento ao pudor; genocídio; epidemia com morte.
 - (D) tráfico de drogas; tortura; terrorismo.
 - (E) roubo impróprio; corrupção passiva; atentado violento ao pudor.
76. Manter consigo o condenado, recolhido ao cárcere para cumprimento de execução penal, aparelho telefônico celular, constitui
- (A) direito próprio, por constituir objeto de uso pessoal.
 - (B) falta leve prevista na lei federal.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

RUA DR. VILA NOVA, 285

- (C) falta média prevista em regulamento disciplinar.
 (D) falta grave prevista em decreto federal.
 (E) falta grave prevista em lei federal.
77. Face ao disposto na vigente lei de drogas, relativamente à apreensão, arrecadação e destinação de bens do condenado, cabe ao Ministério da Justiça informar a respeito o seguinte órgão:
- (A) Sistema Único de Saúde.
 (B) Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas.
 (C) Secretaria Nacional Antidrogas.
 (D) Conselho Nacional Antidrogas.
 (E) Fundo Nacional Antidrogas.
78. O crime patrimonial contra cônjuge idoso, ambos cidadãos comuns, na constância da sociedade conjugal, sem violência ou grave ameaça, face às imunidades penais, será possível alvo da seguinte ação penal:
- (A) privada exclusiva.
 (B) pública condicionada à representação.
 (C) personalíssima.
 (D) privada subsidiária da pública.
 (E) pública condicionada à requisição do Ministério da Justiça.
79. O Juiz de Direito, ao despachar, hoje, um pedido de prisão temporária, relativamente à prática de rapto violento e por motivo torpe, deve levar em conta, além do disposto na Lei n.º 7.960/89 (Prisão Temporária), o princípio da
- (A) *abolitio criminis*.
 (B) *novatio legis in mellius*.
 (C) *novatio legis in pejus*.
 (D) *novatio legis incriminadora*.
 (E) extratividade da lei penal.
80. Na modalidade de tortura por omissão, é certo afirmar que
- (A) há dolo genérico e o crime é próprio.
 (B) há dolo genérico e o crime é comum.
 (C) há dolo específico e o crime é de mão própria.
 (D) há preterdolo e o crime é progressivo.
 (E) é a única espécie de tortura culposa.
81. Na legislação referente às Organizações Criminosas, considerando-se as condutas nela previstas, deve-se entender, por *ação controlada*, o procedimento a seguir:
- (A) infiltração por agentes policiais em investigação.
 (B) captação e interceptação de sinais acústicos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

RUA DR. VILA NOVA, 285

- (C) retardar a interdição policial para momento eficaz.
(D) acesso a dados e informações fiscais e bancárias.
(E) quebra do sigilo da intimidade e vida privada.
82. A parte diretamente interessada em que não haja inutilização dos dados da gravação de interceptação telefônica deverá utilizar qual meio dentre os sugeridos?
- (A) *Habeas data*.
(B) Correição parcial.
(C) *Habeas corpus*.
(D) Mandado de segurança.
(E) Reclamação.
83. Oficial da Polícia Militar do Estado de São Paulo integrado à Força de Paz da ONU, autorizado pelo Presidente da República e pelo Estado Maior das Forças Armadas, que cometeu conduta irregular, será submetido a juízo
- (A) da Auditoria Militar Estadual de Brasília.
(B) do Tribunal Penal Internacional.
(C) do Tribunal de Justiça Militar de São Paulo.
(D) do Superior Tribunal Militar.
(E) do Supremo Tribunal Federal.
84. Conforme o Regimento Interno de Execução Penal do Presídio da Polícia Militar “Romão Gomes”, a inclusão cautelar do preso em Regime Disciplinar Diferenciado pelo Juízo das Execuções deverá ser alvo de requerimento de agente público,
- (A) Chefe da Seção de Justiça e Disciplina.
(B) Comandante do Presídio.
(C) Chefe da Seção Penal.
(D) Promotor de Justiça das Execuções Criminais.
(E) Chefe da Seção de Laborterapia.

DIREITO ADMINISTRATIVO

85. Segundo entendimento dominante no Colendo Supremo Tribunal Federal, é possível, em concurso público, especialmente para admissão nos quadros da Polícia Militar, a exigência de altura mínima ou máxima para o candidato?
- (A) Sim, desde que conste, expressamente, de norma administrativa do Estado e do edital.
(B) Não, salvo se houver previsão expressa de lei do Estado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

RUA DR. VILA NOVA, 285

- (C) Não, em nenhuma hipótese, por afronta ao princípio do art. 5.º, inc. I. da Constituição Federal.
- (D) Sim, desde que o mínimo não seja superior a 1,70 m e o máximo, inferior a 2,00 m.
- (E) Sim, a livre critério da Comissão Examinadora do concurso.
- 86.** O abuso do poder fica configurado quando a autoridade pública pratica o ato administrativo
- (A) sem estar prévia e regularmente investida dos poderes para exercício do cargo ou função.
- (B) sendo incompetente para a sua prática, embora validamente investida em seu cargo.
- (C) deixando de dar a ele a devida fundamentação ou motivação.
- (D) com desvio de procedimento, utilizando via diversa daquela imposta pela lei.
- (E) ultrapassando os limites de suas atribuições legalmente fixadas.
- 87.** Em relação ao poder vinculado para a prática de ato da Administração Pública, pode-se afirmar que
- (A) a autoridade pública pode praticá-lo livremente, segundo seu convencimento, desde que não desrespeite os mandamentos legais pertinentes.
- (B) a autoridade pública desfruta de certa margem de liberdade, para exame da conveniência e oportunidade do mesmo.
- (C) o agente público vincula-se à vontade de seu superior hierárquico, sujeitando-se à apreciação subjetiva deste.
- (D) o agente público atende prévia e objetiva tipificação legal, adotando um único comportamento possível.
- (E) não mais é admissível no sistema legal brasileiro, em que todo ato administrativo deriva do poder discricionário puro.
- 88.** É correta a assertiva de que o Poder de Polícia, no âmbito de cada Estado da Federação,
- (A) é exercido, privativamente, pelas Polícias Militar e Civil, a primeira na condição de polícia de manutenção da ordem pública e a segunda como polícia judiciária.
- (B) consiste na atividade estatal, exercida por toda a Administração Pública, de condicionar a liberdade e a propriedade de seus cidadãos, ajustando-as aos interesses coletivos.
- (C) é exercido, exclusivamente, por meio da coerção fática e concreta sobre o particular, no sentido de que respeite os limites de suas liberdade e propriedade.
- (D) pode ser exercido, além das Polícias Militar e Civil, também e apenas pelas Guardas Municipais ou Metropolitanas.
- (E) está presente somente quando o agente público age valendo-se de seu poder arbitrário.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

RUA DR. VILA NOVA, 285

89. Pode-se definir a empresa pública como

- (A) uma das espécies de autarquia, cujo capital é aberto, mas controlado por pessoa jurídica de direito público, destinada a exercer atividades próprias do Estado, no âmbito do direito privado.
- (B) necessariamente uma sociedade anônima, de personalidade jurídica de direito privado, sujeita a regime diferenciado, sob controle de capital estatal, destinada à exploração de atividade econômica ou à prestação de serviço público.
- (C) pessoa jurídica de direito privado, dotada de forma societária, cujo capital é de titularidade de pessoas de direito público, destinando-se à exploração econômica ou à prestação de serviço público.
- (D) sociedade de capital fechado, de direito público, cujo controle é exercido pelo Estado, destinando-se à exploração de serviços próprios da administração pública direta.
- (E) uma associação civil, sem fins lucrativos, submetida a regime jurídico especial, destinada à execução de determinadas atividades de interesse coletivo.

90. Diz-se que há serviço delegado quando o Poder Público

- (A) incumbe o particular da execução de um serviço público, por sua conta, risco e responsabilidade, em seu nome próprio, mediante retribuição por meio de tarifa regulamentada pelo Estado.
- (B) delega à autoridade pública subordinada determinadas funções, que são originalmente próprias do Chefe de Poder.
- (C) realiza a privatização de algum serviço público, para que seja executado por associação civil sem fim lucrativo e submetida a regime jurídico especial.
- (D) exerce, por meio da administração direta, certos serviços públicos, cuja execução é atribuída a servidor público ocupante do cargo de Delegado.
- (E) atribui, por delegação, os encargos relativos a seu Poder de Polícia a servidores públicos regularmente admitidos por concurso público.

91. Dentre os institutos pertinentes ao servidor público, acha-se a reversão, a qual pode ser conceituada como o retorno à atividade

- (A) do aposentado por invalidez, quando junta médica oficial declarar a insubsistência dos seus motivos ou, no interesse da Administração, do aposentado voluntário, desde que atendidas as condições próprias.
- (B) do servidor a que foi aplicada a pena de demissão, quando reconhecida a ilegalidade desta.
- (C) do servidor suspenso, enquanto em curso o processo administrativo para apuração da prática de ato de improbidade administrativa.
- (D) do servidor colocado em disponibilidade, no caso de ser extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade.
- (E) do servidor em gozo de afastamento para servir a outro órgão público.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

RUA DR. VILA NOVA, 285

92. É correta a afirmação de que, na vigente ordem constitucional e legal brasileira, a responsabilidade civil do Estado
- (A) baseia-se no princípio da responsabilidade civil subjetiva, conforme estabelecido pelo artigo 37, § 6.º, da Constituição Federal.
 - (B) deriva dos atos de seus agentes, quando estes causarem danos a terceiros, por ação ou omissão dolosa ou culposa.
 - (C) não sofreu qualquer alteração de regime, desde a entrada em vigor do revogado Código Civil, por amparada, a partir de então, no mesmo princípio.
 - (D) consiste no dever de indenizar as perdas e danos materiais e morais sofridos por terceiros em virtude de ação ou omissão antijurídica de agente do Estado.
 - (E) resta configurada mesmo quando o dano tenha sido decorrente do exercício regular do direito pelo agente estatal.

DIREITOS HUMANOS

93. O objetivo último dos direitos humanos é conter práticas abusivas
- (A) do poder estatal.
 - (B) do poder estatal e dos indivíduos.
 - (C) dos indivíduos.
 - (D) das ONG's.
 - (E) de grupos de indivíduos.
94. Declaração, espécie de ato internacional, distingue-se de convenções e tratados basicamente porque
- (A) requer manifestação do plenipotenciário presente à sessão deliberativa.
 - (B) possui força normativa equiparável à lei de direito interno.
 - (C) não encerra nenhuma força normativa ou ética.
 - (D) funciona essencialmente como diretriz para a produção do direito interno, visto que não vincula os estados-parte.
 - (E) tem aplicação circunscrita ao âmbito das agências da ONU, sem impacto no concerto das nações.
95. Na seara dos Direitos Humanos, um eventual conflito entre normas previstas em tratados internacionais e preceitos de direito interno resolve-se aplicando o princípio da
- (A) anterioridade da lei.
 - (B) especialidade.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

RUA DR. VILA NOVA, 285

- (C) norma mais favorável à vítima.
(D) norma de hierarquia superior.
(E) norma mais favorável ao agente da violação de direitos.
- 96.** Indique a alternativa que contém os principais marcos no processo de internacionalização dos direitos humanos.
- (A) Direito Humanitário, Liga das Nações e a Carta Internacional dos Direitos Humanos.
(B) Direito Humanitário, Liga das Nações e a Organização Internacional do Trabalho.
(C) Liga das Nações, Organização Internacional do Trabalho e a Carta Internacional dos Direitos Humanos.
(D) Organização Internacional do Trabalho, Direito Humanitário e a Carta Internacional dos Direitos Humanos.
(E) N.d.a.
- 97.** A Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) constitui, do ponto de vista técnico,
- (A) um acordo internacional.
(B) uma recomendação.
(C) um tratado internacional.
(D) um pacto.
(E) uma diretriz com efeito prático adstrito às agências da própria ONU.
- 98.** A Comissão de Direitos Humanos da ONU é obrigada a submeter propostas, recomendações e relatórios referentes aos instrumentos internacionais de Direitos Humanos
- (A) ao Conselho Econômico e Social.
(B) ao Conselho de Tutela.
(C) ao Conselho de Segurança.
(D) à Corte Internacional de Justiça.
(E) à Comissão de Direitos Humanos da OEA.
- 99.** A Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1968) prevê textualmente a adoção de medidas especiais de proteção ou incentivo a grupos ou indivíduos, vitimizados por discriminação generalizada, visando promover sua inclusão social. A essa medida dá-se o nome de
- (A) discriminação positiva.
(B) multiculturalismo.
(C) política de segregação.
(D) discriminação injusta.

PODER JUDICIÁRIO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

RUA DR. VILA NOVA, 285

(E) n.d.a.

100. A legitimidade para provocação dos órgãos dos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, para fins de coibir abusos, geralmente é deferida

- (A) somente aos estados-parte.
- (B) aos estados-parte e às organizações sociais formalmente reconhecidas por estes.
- (C) às organizações sociais e indivíduos, desde que com autorização dos respectivos serviços diplomáticos.
- (D) às Cortes Supremas de cada estado-parte.
- (E) n.d.a.

(a) Professor EVANIR FERREIRA CASTILHO
Magistrado Presidente da Banca Examinadora